

ANEXO IX
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2025, QUE ENTRE SI FAZEM, A SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA, DENOMINADA CONTRATANTE E _____, DENOMINADA CONTRATADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E FACULTATIVA DE VEÍCULOS/RCF-V, A PRIMEIRO RISCO ABSOLUTO, COM COBERTURA PARA DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS A TERCEIROS E PARA ACIDENTES PESSOAIS A PASSAGEIROS/APP, PARA OS VEÍCULOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA - SLU, DE BELO HORIZONTE - MG, SOB AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

- 1.1. São partes neste Contrato, através de seus representantes, como CONTRATANTE, a SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU, inscrita no CNPJ sob o nº 16.673.998/0001-25, representada pelo Superintendente, Breno Seroa da Motta, e, como CONTRATADA, _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede em _____, neste ato representada por seu representante legal.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

- 2.1. É objeto deste Contrato a prestação de serviço de seguro de responsabilidade civil e facultativa de veículos/RCF-V, a primeiro risco absoluto, com cobertura para danos materiais e danos corporais a terceiros e para acidentes pessoais a passageiros/APP, para os veículos da Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, de Belo Horizonte - MG, em decorrência do julgamento da **Licitação nº ____/2025**, segundo a **Proposta** e demais peças integrantes do Edital respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independentemente de

transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor da contratação é de R\$ _____(_____), conforme distribuição imediatamente abaixo:

LOTE ÚNICO								
ITEM	PLACA	MARCA	MODELO	ANO DE FAB.	CHASSI	TIPO DE CAMINHÃO	CÓDIGO GRP	PRÊMIO (R\$)
01	HGF4794	FORD	CARGO 1722	2008	9BFYCE7V69BB23594	PIPA	110681	R\$
02	QUF7631	FORD	CARGO 1723 E5 TURBO 4X2	2018	9BFYEAHD5KBS76978	COMPACTADOR	110805	R\$
03	QUF7609	FORD	CARGO 1723 E5 TURBO 4X2	2018	9BFYEAHD2KBS77361	COMPACTADOR	110750	R\$
04	QUF7536	FORD	CARGO 1723 E5 TURBO 4X2	2018	9BFYEAHD4KBS77362	COMPACTADOR	110682	R\$
05	QUY4203	FORD	CARGO 1723 E5 TURBO 4X2	2018	9BFYEAHD2KBS77344	BASCULANTE/MUNCK	110831	R\$
06	QUY4093	FORD	CARGO 1731 R 4X2 E5	2018	9BFYEBUF7KBS76011	LAVADOR CONTÊINER	110832	R\$
07	QUY4140	FORD	CARGO 2431 E TURBO 6X2	2019	9BFYEBVF7KBS78985	BASCULANTE	110833	R\$
08	QUY4118	FORD	CARGO 2431 E TURBO 6X2	2019	9BFYEBVF7KBS79036	COMPACTADOR	110834	R\$
09	QUY4178	FORD	CARGO 2431 E TURBO 6X2	2019	9BFYEBVF9KBS79037	COMPACTADOR	110835	R\$
10	HLF1172	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709427	COMPACTADOR	110683	R\$
11	HLF1173	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709393	COMPACTADOR	110807	R\$
12	HLF1174	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709430	COMPACTADOR	110684	R\$
13	HLF1182	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709406	COMPACTADOR	110815	R\$
14	HLF1188	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709360	COMPACTADOR	110685	R\$
15	HLF1189	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709357	COMPACTADOR	110686	R\$
16	HLF1190	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709378	COMPACTADOR	110836	R\$



17	HLF1192	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709358	COMPACTADOR	110837	R\$
18	HLF1195	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709411	COMPACTADOR	110838	R\$
19	HLF1197	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709394	COMPACTADOR	110839	R\$
20	HLF1202	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709379	COMPACTADOR	110688	R\$
21	HLF1278	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709419	BASCULANTE/ MUNCK	110840	R\$
22	HLF1283	IVECO	EUROCARGO TECTOR 170E22	2008	93ZA1NFH098709323	BASCULANTE/ MUNCK	110841	R\$
23	RMF9J56	IVECO	TECTOR ATTACK 170E 28	2020	93ZA1RMH0L8938426	PIPA	110842	R\$
24	RMG0E97	IVECO	TECTOR ATTACK 170E 28	2020	93ZA1RMH0L8938430	PIPA	110843	R\$
25	HMN8710	VOLKSWAGEN	17250 CNC	2008	9BW7N82488R835033	COMPACTADOR	110844	R\$
26	HMN8713	VOLKSWAGEN	17250 CNC	2008	9BW7N82418R834502	COMPACTADOR	110809	R\$
27	HMN8715	VOLKSWAGEN	17250 CNC	2008	9BW7N82448R835854	COMPACTADOR	110690	R\$
28	HMN8716	VOLKSWAGEN	17250 CNC	2008	9BW7N824X8R835700	COMPACTADOR	110851	R\$
29	HMN8718	VOLKSWAGEN	17250 CNC	2008	9BW7N82468R835919	COMPACTADOR	110852	R\$
30	HMN8719	VOLKSWAGEN	17250 CNC	2008	9BW7N82418R835469	COMPACTADOR	110853	R\$
31	SHM4J22	VOLKSWAGEN	17260	2021	9536K8240NR035476	POLIGUINDASTE	110845	R\$
32	SHM5A66	VOLKSWAGEN	17260	2021	9536K824XNR035825	POLIGUINDASTE	110810	R\$
33	SHM4J80	VOLKSWAGEN	17260	2021	9536K824XNR035842	POLIGUINDASTE	110854	R\$
34	SJE-9J69	IVECO	TECTOR 17- 300 6x2	2023	93ZE12JMZP8956699	COMPACTADOR	110855	R\$
35	SJE-9I84	IVECO	TECTOR 17- 300 6x2	2023	93ZE12JMZP8956664	COMPACTADOR	110846	R\$
36	SJE-9J95	IVECO	TECTOR 17- 300 4x2	2023	93ZE12JMZP8956686	LAVADOR CONTÊINER	110856	R\$
37	TCH-8E12	VOLKSWAGEN	VW-18.260 CRM 4x2	2024	9536B8TD3SR006404	COMPACTADOR	110857	R\$
38	TCH-8D97	VOLKSWAGEN	VW-18.260 CRM 4x2	2024	9536B8TD9SR006746	COMPACTADOR	110847	R\$



39	TCH-8E02	VOLKSWAGEN	VW-18.260 CRM 4x2	2024	9536B8TD0SR006747	COMPACTADOR	110858	R\$
40	TCH-8E81	VOLKSWAGEN	VW-18.260 CRM 4x2	2024	9536B8TD4SR006749	COMPACTADOR	110859	R\$
41	TCH-8F60	VOLKSWAGEN	VW-18.260 CRM 4x2	2024	9536B8TD8SR006799	COMPACTADOR	110848	R\$
42	TCH-8E10	VOLKSWAGEN	VW-18.260 CRM 4x2	2024	9536B8TD7SR006809	COMPACTADOR	110860	R\$
43	NÃO EMPLACADO	IVECO	TECTOR 17.280	2025	93ZA61PMZS8714431	BASCULANTE/ MUNCK	110849	R\$
44	NÃO EMPLACADO	IVECO	TECTOR 17.280	2025	93ZA61PMZS8714795	BASCULANTE/ MUNCK	110850	R\$
VALOR GLOBAL - PRÊMIO TOTAL DO SEGURO (R\$)								R\$

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. **O seguro veicular deverá cobrir, ao menos, os seguintes eventos:**

- DANOS MATERIAIS A TERCEIROS:** danos materiais causados a terceiros pelo veículo segurado;
- DANOS CORPORAIS A TERCEIROS:** danos corporais causados a terceiros pelo veículo segurado;
- ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIRO/APP:** Garante indenização, por passageiro, por morte, invalidez permanente total ou parcial em virtude de acidente com o veículo segurado.

3.3.1. **Os valores das coberturas serão os seguintes:**

Coberturas	Limite Máximo de Garantias (LMG)*
RCFV - Danos Materiais a Terceiros	200.000,00
RCFV - Danos Corporais a Terceiros	150.000,00
APP - Morte Acidental (por passageiro)	20.000,00
APP - Invalidez Permanente - Total ou Parcial (por passageiro)	20.000,00

* Valores correspondentes aos limites máximos de indenização

3.4. Nas coberturas contratadas não haverá franquia.

3.5. Aplicam-se ao seguro a ser contratado a condição do condutor ser indeterminado, sendo qualquer servidor, prestador de serviços (terceirizado ou colaborador da SLU),

legalmente habilitado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

2708.1100.17.512.046.2.900.0001.339039.20.1.500.000.0000.

- 4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

- 5.1. O presente contrato será garantido por meio de _____, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global/anual do contratado, conforme regras estabelecidas no **item “4.4. Da Garantia Contratual” do Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

- 6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado **até a vigência máxima de 10 anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por se tratar de serviço continuado.
- 6.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.
- 6.2. A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. Regime de execução: empreitada por preço global.
- 7.2. As especificações, condições, prazos e locais para execução do objeto encontram-se

no APÊNDICE I – Projeto Básico do Anexo I do Edital – Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 18.324, de 18 de maio de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto nº 18.324, de 18 de maio de 2023, e do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 8.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
 - 8.6.1. O gestor e o(s) fiscal(is) do Contrato poderão:
 - a) Poderão indicar empregados da SLU para auxiliar na supervisão dos serviços a serem executados pela CONTRATADA.
 - b) Não permitir que sejam executadas tarefas em desacordo com as preestabelecidas.
 - c) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou distintivo, que embaraçar ou dificultar as ações fiscalizadoras ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, seja julgada inconveniente.
 - d) Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer equipamento cujo uso

considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.

e) Realizar vistorias para verificar a conformidade da execução dos serviços.

8.6.2. A CONTRATADA deverá atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o contratante, não aplicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO DO CONTRATO E DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. A Contratada não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros, em nenhuma hipótese;
- 9.2. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto Contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.
- 9.3. O Contratado assumirá integral responsabilidade por danos eventualmente causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no cumprimento do objeto do contrato, isentando, assim, o Contratante de quaisquer reclamações que possam surgir consequentemente ao contrato, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados, independentemente de provocação por parte do Contratante, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução do Contrato.
- 9.4. A subcontratação sem autorização formal e prévia do Contratante caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando ao Contratado as sanções previstas no contrato.
- 9.5. O ato de autorização da subcontratação emitido pelo Contratante somente ocorrerá em decorrência de razões de ordem técnica que a justifique e conterà o seu limite, o qual não excederá a 30% do valor do contrato, e as parcelas do objeto contratual que serão subcontratadas, conforme definido neste Termo de Referência.
- 9.6. O Contratado é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pelas



subcontratadas, bem como pela execução e fiscalização do objeto contratual por elas executado.

- 9.7. O Contratado deverá apresentar a documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução das parcelas do objeto contratual que serão subcontratadas.
- 9.8. Compete ao fiscal do contrato a verificação para juntada no processo administrativo interno dos documentos referidos no subitem anterior, bem como a verificação das condições estabelecidas neste item.
- 9.9. O Contratado e a subcontratada ficam solidariamente responsáveis, tanto em relação ao Contratante, como perante terceiros, pelo integral cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato.
- 9.10. No caso de eventual subcontratação, esta deverá se dar preferencialmente com microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedades cooperativas equiparadas, salvo expressa justificativa do fiscal do contrato.
- 9.11. O Contratado não poderá repassar à subcontratada a responsabilidade quanto a eventuais coberturas de garantia exigidas neste Termo de Referência e no Contrato.
- 9.12. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Contratado, não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 9.13. O Contratado ficará adstrito às penalidades constantes neste Termo de Referência até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes da contratação, diante da legislação aplicável e normas instituídas no contrato, independente do término da vigência contratual.
- 9.14. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 9.15. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,

colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 10.1. Nos termos do item “7 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO” do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

- 11.1. Nos termos do item “1.5 – Do Reajuste” do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 12.1. Nos termos do item “4 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES” do APÊNDICE I – Projeto Básico do Anexo I do Edital – Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Nos termos do item “12 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS” do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.
- 14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
- 14.2.1. “Prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
- 14.2.2. “Prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;
- 14.2.3. “Prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante,



destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

14.2.4. “Prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

- a) Destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou
- b) Agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

14.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

15.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

15.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

15.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº

12.846/2013.

- 15.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 15.1.4. O contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.
- 15.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 15.1.6. O Contratado fica ciente de que deverá se submeter, nos termos da Lei nº 11.557/2023, à avaliação de integridade nas seguintes situações:
- a) Na celebração de aditivo contratual, considerando a validade prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 11.557/2023;
 - b) A qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.
 - c) A avaliação será realizada mediante o preenchimento do Formulário de Due Diligence, nos termos do modelo disponibilizado no “link” <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/2024/formulario-due-diligence.pdf>, cujo resultado gerará o Relatório de Avaliação de Integridade – RAI.
 - d) O Contratado deverá possuir conta google para a viabilização do preenchimento do Formulário de Due Diligence.
 - e) Nos procedimentos de avaliação de integridade será observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO,
DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS**



-
- 16.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 16.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- 16.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 16.4. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5.1. A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 16.6. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 16.6.1. A Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
-

- a) A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 16.7. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.1. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.2. A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 16.8. A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 16.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 16.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais. O contrato oferece maior detalhamento sobre proteção e transmissão de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 17.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:



-
- 17.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - 17.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela fiscalização ou por autoridade superior;
 - 17.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - 17.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - 17.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - 17.1.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da Contratante;
 - 17.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
 - 17.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
 - 17.2.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 17.2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - 17.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - 17.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
 - 17.3. As hipóteses de extinção a que se referem os **subitens 17.2.2 ao 17.2.4** deste instrumento observarão as seguintes disposições:
 - 17.3.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - 17.3.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das
-



obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 17.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 17.5. A extinção do contrato poderá ser:
 - 17.5.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - 17.5.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - 17.5.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 17.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 17.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
 - 17.7.1. Devolução da garantia;
 - 17.7.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
 - 17.7.3. Pagamento do custo da desmobilização.
- 17.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:
 - 17.8.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
 - 17.8.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
 - 17.8.3. Execução da garantia contratual para:
 - a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;



- c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- e) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

- 18.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, decretos números 18.096/2022, 17.813/2022 e 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

- 19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 19.2. O Contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 19.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
- 19.5. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- 19.5.1. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- 19.5.2. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- 19.5.3. Excetua-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular

da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1. Nos termos do item “18 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO” do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM, ocorrerá por conta e ônus da Contratante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. As partes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda do presente contrato, o foro da Comarca de Belo Horizonte.

E por estarem justas e concordes, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Belo Horizonte, xx de xxxxxxxxx de 2025.

Breno Seroa da Motta
Superintendente de Limpeza Urbana
CONTRATANTE

Contratada
Assinatura do representante legal
CPF